

O lugar da história da literatura

*José Luís Jobim**

Resumo

Trataremos dos seguintes assuntos, neste texto: o lugar de que se fala na/da história literária brasileira; o sujeito de que se fala em seu processo histórico; as diferentes espécies de trabalho intelectual abrigadas sob a rubrica “história da literatura” no Brasil; o leitor e a leitura para a história da literatura brasileira.

Palavras-chave: lugar, sujeito, história da literatura.

Começemos por dizer que, dentro da rubrica “história da literatura” abrigam-se diferentes espécies de trabalho intelectual. Talvez o mais imediatamente lembrado seja aquele cujo resultado é um texto com o título “História da literatura brasileira [argentina, francesa, italiana etc.]”, que dá um certo sentido a um universo de autores e obras que nela figuram, a partir de determinados critérios – nem sempre explicitados –, o primeiro dos quais visível no adjetivo final do próprio título. Trata-se, pois, de um tipo de empreendimento relacionado ao estado-nação.

Se falamos do Brasil, um dos primeiros problemas que se apresentam

* **José Luís Jobim** é diretor do Instituto de Letras e professor titular de Teoria da Literatura na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, lecionando a mesma disciplina na Universidade Federal Fluminense. Em 2004, foi eleito presidente da ABRALIC. Entre suas principais obras publicadas figuram: *Palavras da crítica*; tendências e conceitos nos estudos literários (Rio de Janeiro: Imago, 1992), *Poética do fundamento* (Niterói: Eduff, 1996), *Literatura e identidades* (Rio de Janeiro, UERJ, 1998); *Introdução ao Romantismo* (Rio de Janeiro: Eduerj, 1999), *A biblioteca de Machado de Assis* (Rio de Janeiro: Topbooks / Academia Brasileira de Letras, 2001), *Formas da Teoria – sentidos, conceitos, políticas e campos de força nos estudos literários*. (2. ed. Rio de Janeiro: Caetés, 2003).

para uma história da literatura é o de definir a identidade daquilo que se qualifica como “literatura brasileira”. Considerando que já ultrapassamos a ingenuidade de presumir que os valores estéticos são atemporais e independentes do lugar de onde se enunciam, talvez possamos aceitar que, em termos internacionais, o prestígio relativo de tal ou qual literatura nacional depende, em larga medida, do poder econômico e cultural do Estado-nação que divulga sua própria cultura, muitas vezes a reboque ou como ponta de lança dos empreendimentos de ordem comercial, econômica e militar. No entanto, aqui mesmo, neste lugar que chamamos Brasil, já se formulam pontos de vista sobre a inserção da literatura brasileira no conjunto internacional. Ver essa literatura como um galho menor de uma literatura menor, por exemplo, é estabelecer um elemento para atribuição de identidade comparativa com uma literatura específica (a portuguesa) e com outras européias, em relação às quais o próprio termo de comparação (a literatura portuguesa) é visto desfavoravelmente.¹ No momento, não me interessa fazer um inventário dessas atribuições de identidade comparativa, mas falar um pouco mais sobre o lugar de enunciação delas.

Já observei anteriormente que o lugar de onde se fala está longe de ser neutro em relação ao que se enuncia a partir dele. O termo “literatura do Terceiro Mundo”, por exemplo, usado pelo crítico norte-americano Fredric Jameson – pretensamente “em um

sentido essencialmente descritivo”, para colocar no mesmo “saco” literaturas tão díspares quanto a brasileira, a indiana ou a sul-africana –, especifica um lugar de sentido, constrói um objeto de conhecimento e produz um saber que será limitado pelo próprio ato de construção descritiva. O *corpus* textual que se vai rotular como “literatura de Terceiro Mundo” será visto como subalterno em relação ao lugar que se qualifica como “Primeiro Mundo”, e a partir do qual se produz a classificação de outras literaturas como sendo “terceiro mundistas”.²

No entanto, mesmo quando falamos daqui mesmo, deste lugar e nesta língua em que escrevo, ainda podemos perguntar: – Que lugar é este, a que chamamos de Brasil? Que estados ou regiões são estas que também vemos como lugares *de que* falam, ou *a partir de que* falam os autores e suas obras?

O lugar de que se fala

Um lugar é, antes de mais nada, uma construção elaborada por várias gerações de homens e mulheres que nele habitaram ou por ele passaram, e que ajudaram a formular o sentido que hoje ele tem. Assim, podemos dizer que a geração de autores românticos ajudou a construir um Brasil no século XIX, assim como Walter Scott ajudou a construir uma Escócia.³

Pelo processo de elaboração da nacionalidade, um certo sentido atribuído ao lugar adquire uma dimensão espacial (associada a um território) e uma dimensão política (associada ao Estado-nação).

Esse sentido deve estar congruente com o território e o Estado-nação.

A “minha terra”, de que fala Gonçalves Dias – aquela que tem palmeiras “onde canta o sabiá” –, é um lugar que se pretende diferente de Portugal, onde, aliás, o poeta se encontrava quando escreveu a “Canção do exílio”.

Um lugar é constituído por redes públicas de sentido, formadoras de subjetividade. Nele se constituem interpretações públicas simbolicamente mediadas, inclusive sobre o sentido deste lugar e sobre o que significa estar inserido nele. Num lugar, circulam elementos que, de algum modo, impõem sentido às experiências singulares dos sujeitos, elementos em relação aos quais estes sujeitos interpretam suas experiências (e os textos que lêem), bem como direcionam suas ações. Em outras palavras, o lugar é sempre fonte de pré-concepções que, de alguma maneira, contribuem para a elaboração de nosso dizer, pois nele se situa o sistema de referências desse dizer – incluindo determinado universo de temas, interesses, termos etc. –, sistema que sempre já estabelece um limite dentro do qual nosso campo de enunciação se circunscreve.

Lugares têm sempre história, e mesmo o apagamento de certos elementos constitutivos da história do lugar também é decorrente de razões históricas. Por isso, Ernest Renan dizia, em seu famoso texto de 1882, que o esquecimento e até o erro histórico são um fator essencial na criação de uma nação. Para ele, “[...] é por isso que o progresso dos estudos históricos é muitas vezes um perigo para a nacio-

nalidade” (RENAN, [1882] p. 19).

No caso dos textos que marcam como lugar de enunciação o Brasil, ou um de seus estados e regiões, é interessante lembrar que a própria divisão do Brasil em “estados” (e a alteração dos nomes e territórios destes estados), ou mesmo essa classificação por “regiões” (Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sul) sobreposta àquela divisão, é recente.

As elites dos estados tiveram papel, por sinal, preponderante na construção do Estado-nação brasileiro, inclusive nas soluções conflituosas e/ou pactuadas que encaminharam para diferenças de interesses – soluções que poderiam ter resultado na fragmentação territorial do Brasil, ou na definição de limites diferentes dos hoje vigentes.

Assim, se hoje regiões e estados invocam sua pertença ao nacional, seja para marcar a inserção da cultura local, seja para demandar verbas e atendimento de pleitos regionais ou estaduais, isso não anula o fato de que, nessa reivindicação, também se invoca a especificidade do estado ou região reivindicadora. Nem deve nos fazer esquecer da curta duração histórica dos termos em que se colocam essas divisões e classificações, não apenas no Brasil ou na América do Sul. Se dirigirmos nosso olhar ao contexto europeu, podemos verificar:

A divisão da França em départements, por exemplo, data da Revolução Francesa, enquanto muitas regiões alemãs foram criadas durante o período napoleônico. Portanto, a identidade regional correspondente é, como aquela das nações, essencialmente uma criação moderna; isto se aplica mesmo a regiões mais an-

tigas, como a Catalunha, a Bretanha e a Saxônia⁴ (STORM, 2003, p. 252).

Assim, em síntese e adensando mais o conceito de *lugar* inicialmente apresentado, podemos dizer que um lugar, ao mesmo tempo, é produto de circunstâncias históricas que determinaram os sentidos que ele tem num momento específico, mas também uma fonte de sentidos que de alguma maneira contribuem para pré-formatar, ainda que não de maneira exaustiva ou exclusiva, os dizeres que se constituem nele. E se, por um lado, existem elementos singulares e únicos num lugar, há também elementos compartilhados, interseções maiores ou menores com outros lugares.

Um dos elementos efetivamente internacionais, presentes na maioria dos lugares no Ocidente hoje e com o qual todos os historiadores contemporâneos da literatura se deparam, é um certo aspecto do processo histórico de formação da subjetividade, que não pode ser separado dos processos sociais de formação do sujeito dentro do sistema capitalista. Falaremos um pouco sobre isso.

O processo histórico de formação da subjetividade contemporânea

Começemos por dizer que, com a instalação da versão moderna do “individualismo”, a partir do século XIX torna-se mais difícil a adoção generalizada de padrões universais de crença de qualquer tipo e cada vez mais se imagina que é parte da escolha do sujeito selecionar aquilo em que crê.⁵ Uma certa idéia de vontade absolu-

tamente própria, pessoal, sustenta a ilusão (que constitui o sujeito) da livre escolha, da opção inteiramente individual. Em outras palavras, trata-se de um sujeito em grande medida cego para a socialidade e historicidade de suas crenças, bem como de sua própria constituição como sujeito.

Uma das imagens mais pertinentes é a comparação desse sujeito com um consumidor diante de um balcão inesgotável de opções, que serão selecionadas de acordo exclusivamente com seu desejo. Poderíamos dizer que a própria idéia de um balcão de opções está relacionada à instauração histórica do que se chamou “sociedade de consumo”, mas não sem acrescentar que falar dessa instauração histórica – que não é transparente para ele – é algo que não interessa a esse sujeito, concentrado que está no seu ato pessoal de escolha.

Trata-se de um sujeito que não se percebe parte do jogo dos condicionantes históricos, razão pela qual não se mostra interessado nem nesses condicionantes históricos das opções disponíveis para ele nem nos condicionantes de tudo mais que aparente ir além do âmbito de sua vontade momentânea – e dos caminhos para sua satisfação. Este sujeito não quer ouvir que a constituição de sua subjetividade vai além de si. Não deseja assumir responsabilidade, nem com o passado da herança histórica implícita nessa constituição nem com o presente dos outros sujeitos que compartilham o mundo com ele, porque estes *outros* só surgem em seu horizonte como possí-

veis fontes de satisfação de seu desejo. Talvez seja essa uma das razões para que o psicanalista Charles Melman afirme que, “na situação atual, a partir do momento em que haja em você um determinado tipo de desejo, ele se torna legítimo, e se torna legítimo que ele encontre sua satisfação.”⁶

No tempo e no lugar a partir do qual falamos agora é difícil dizer a esse sujeito que há processos históricos de subjetivação, redes de sentido que constituem a cultura pública em que ele se insere e que essas redes são, também, formadoras de subjetividade. Um sujeito cujo horizonte de visão parece se restringir ao seu próprio umbigo não quer ouvir que, no contexto em que está inserido, circulam elementos que de alguma forma impõem sentido à sua experiência singular. Muito menos quer escutar que a própria interpretação dele sobre sua experiência paga tributo a outras interpretações públicas, simbolicamente mediadas, da condição humana, interpretações que a história das gerações que o antecederam pode explicitar.

A noção de subjetividade contemporânea, no entanto, não pode ser separada dos processos sociohistóricos de formação do sujeito dentro do sistema capitalista, cujo desenvolvimento, como diz Alain Touraine, enfraqueceu a imagem predominante da sociedade como um sistema capaz de se criar através de suas instituições e processos de socialização. O resultado foi, nas palavras do pensador francês, que se libertou a ordem econômica e social de qualquer controle social ou político e se proclamou que “o objetivo a ser alcan-

çado por todos era o enriquecimento de cada um” (TOURAINÉ, 2002, p. 388).

Assim, temos um contexto histórico em que se forma um sujeito que não está interessado sequer no contexto histórico em que ele próprio se insere: autocentrado, crente na liberdade absoluta de suas escolhas e desatento à herança histórica recebida por sua geração, ou seja, um sujeito que nem percebe que a própria noção de individualismo e de vontade pessoal, a partir da qual ele se permite autocentrar-se, ou a de tolerância, a partir da qual se formula, entre outras coisas, o adágio “gosto não se discute”, são ambas correlacionadas a um determinado contexto histórico no Ocidente. Um sujeito que não percebe que as conclusões a que chega em suas interpretações do mundo e dos textos ocorrem num lugar histórico, referem-se a uma herança de sentidos vigente nesse lugar, herança essa que também forma essa subjetividade autocentrada e onipotente. E esse lugar não é um ponto de partida mais ou menos arbitrário para a interpretação; ele se incorpora à interpretação, pertence ao seu próprio cerne, de tal modo que talvez seja mais adequado dizer que é mais do que o ponto de partida: é o elemento em que as interpretações surgem.

De todo modo, cabe registrar que o processo de formação de subjetividade de que estamos falando é basicamente hostil à atividade do historiador, que incomodamente lembra aquele sujeito acerca de sua dívida com o passado. É nesse contexto histórico que se produz uma história da literatura hoje.

A história da literatura hoje

Embora seja verdadeiro afirmar, em relação à história da literatura, que se configura hoje a partir de mais de uma tendência, talvez seja mais interessante dizer que tais tendências também são fruto do surgimento de modos emergentes de pensar sobre a história da literatura.

Começaremos, contudo, por chamar a atenção para o fato de que esses modos de pensar também são históricos, e de que é um trabalho teórico importante da própria história da literatura pensar sobre eles, visto que, como estamos sempre dentro de redes discursivas em que as idéias circulantes têm uma complexa relação entre si e com as comunidades de sentido das quais emergem, o movimento de reflexão já é um passo além da compreensão auto-evidente, “óbvia”, trivial.

Quando enfocamos os projetos “clássicos” de história da literatura no Brasil, nossa primeira observação é que continuam válidos e relevantes para os estudos literários, como demonstram as reedições sucessivas de *A literatura no Brasil*, da *Formação da literatura brasileira* e da *História concisa da literatura brasileira*, por exemplo. Mesmo a discussão dos pressupostos e opções dessas obras é um tributo à importância delas e significa que continuam sendo ponto de referência obrigatório, até para quem deseja empreender projetos diferentes – pois, para marcar a diferença, é sempre necessário um referencial em relação ao qual se constrói essa diferença.

Também continuam importantes os trabalhos de “arqueologia textual”. Não só se retorna às fontes originais, para a preparação mais cuidadosa de edições de textos canônicos, mas colocam-se em circulação autores e obras pouco conhecidos ou desconhecidos. O interesse pela publicação destes últimos, com frequência, tem relação com o surgimento de novos valores e perspectivas, que transformaram esses autores e obras em objeto de estudo. A preocupação com o ponto de vista e a condição da mulher no Brasil, por exemplo, gerou a publicação ou republicação de uma série de textos do passado que estariam condenados ao esquecimento – veja-se como exemplo, aqui mesmo no Rio Grande do Sul, as edições de Maria Clemência da Silveira Sampaio, por Maria Eunice Moreira⁷, de Rita Barém de Melo, por Rita Terezinha Schmidt,⁸ e de Delfina Benigna da Cunha, por Carlos Baumgarten.⁹ A própria continuidade do trabalho pioneiro de Zahidé Lupinacci Muzart à frente da Editora Mulheres, em Florianópolis, é um monumento vivo à questão de que falo.

É importante assinalar também que o trabalho de alguns pesquisadores tem produzido antologias de valor inestimável, como a *Antologia do Romance-folhetim*¹⁰ por Tânia Serra; a *História da literatura brasileira e outros ensaios*,¹¹ compilação de textos (alguns virtualmente inencontráveis), de Joaquim Norberto de Sousa Silva, organizada, apresentada e anotada por Roberto Acízelo de Souza; *O berço do cânone*,¹² reunião de textos fun-

damentais para o entendimento dos momentos iniciais das discussões sobre a formação da literatura brasileira, organizada, apresentada e anotada por Regina Zilberman e Maria Eunice Moreira, entre outros.

Igualmente relevante é a preocupação maior com elementos vitais para o que Antonio Candido chamava de “sistema literário”, como as cartas. Se estivéssemos num contexto que não considerasse a correspondência entre escritores como parte do sistema literário, a edição das cartas de Mário de Andrade, por exemplo, seria vista como trabalho menor. Por incrível que pareça, os formalistas russos, sempre acusados de imanentismo, de não levarem em conta o pano de fundo social da literatura, já viam que a própria classificação ou não das cartas como pertencentes ao sistema literário era uma questão histórica. Em 1927, Tylianov já afirmava:

O que é “fato literário” para uma época será um fenômeno lingüístico relevante da vida social para uma outra e, inversamente, de acordo com o sistema literário em relação ao qual este fato se situa. Assim, uma carta para um amigo de Derjavine é um fato da vida social; na época de Karamzine e de Pushkin, a mesma carta amigável é um fato literário (TYNIANOV, 1970, p. 109).

Hoje, felizmente, temos um ambiente em que se podem reconhecer o mérito acadêmico e a relevante contribuição para os estudos literários de um trabalho como o de Marcos Moraes, na edição comentada da correspondência entre Mário de Andrade e Manuel Ban-

deira, embora sempre haja algumas vozes dissidentes – com balizamentos teóricos anteriores à década de vinte do século passado.

Dito isso, reservarei a parte final deste artigo para um breve comentário sobre uma vertente mais recente de estudos históricos, cujo foco é o leitor e a leitura, ressaltando que o farei não porque o considere o principal, ou o único, mas porque recentemente tenho estado envolvido com pesquisadores e pesquisas relacionados ao tema.

O leitor e a leitura para a história da literatura

Para iniciar, afirmemos que, se estivéssemos num contexto histórico no qual não se valoriza o papel do leitor ou da leitura, as obras que comentarei a seguir talvez não tivessem sequer sido escritas, quanto mais editadas. Obras como *A formação da leitura no Brasil*¹³ ou *O preço da leitura*,¹⁴ por exemplo, provavelmente não seriam vistas como importantes e estariam longe de ganhar as reedições sucessivas que hoje alcançam.

No entanto, para tentar sintetizar o caminho pelo qual chegamos a esse contexto, precisaremos de uma observação mais alongada. Começemos por dizer que, nos anos setenta, houve uma certa tendência nos estudos literários a considerar o texto como objeto que se bastava a si mesmo. Assim, o estudo das instituições, maneiras de pensar, cânones, práticas de leitura, modos de produção cultural e quadros de referência históricos foi considerado “externo” à literatura, e, por conse-

quência, descartável. Felizmente, nos anos noventa, aquele confinamento teórico parece ter sido superado, e uma série de tópicos anteriormente julgados proscritos ou irrelevantes voltaram a fazer parte da agenda de interesses dos críticos, teóricos e historiadores da literatura. O livro de Marisa Lajolo e Regina Zilberman, *A formação da leitura no Brasil*, é um exemplo claro disso.

As autoras negaram-se a considerar as práticas culturais historicamente vigentes como algo *exterior* à literatura – como um “pano de fundo”, conforme insistem em pensar alguns remanescentes dos anos setenta – e buscam resgatar o papel dos contextos de leitura na institucionalização da literatura, que passa, então, a ser concebida como “categoria que, a partir do século XVIII, rotula um tipo especial de leitura e de escrita que é, simultaneamente, matéria-prima e produto de práticas textuais muito determinadas” (LAJOLO e ZILBERMAN, 1996, p. 308).

Para mapear a formação da leitura no Brasil, as autoras escolheram um caminho que evita tanto a rígida seqüencialidade cronológica quanto a abordagem monotemática. Desse modo, na distribuição dos capítulos da obra, não encontramos uma sucessão de períodos em ordem crescente, nem a limitação do enfoque a uma questão apenas. A estratégia é outra, envolvendo uma perspectiva multifocal que deliberadamente analisa objetos de natureza diversa: livros didáticos, contratos autorais, inventários de práticas escolares, desenvolvimento de gostos e

normas para a leitura feminina.

A hipótese subjacente ao livro, de que o leitor implícito nas obras “antecipa a concepção que o narrador formula a respeito de seu destinatário” (LAJOLO e ZILBERMAN, 1996, p.56), encontra respaldo na obra de Wolfgang Iser e Hans Robert Jauss, cuja contribuição à Teoria da Literatura tem sido marcada pelo entendimento de que a relação autor-obra-leitor não une apenas dois sujeitos particulares. O autor criaria a partir de recursos que não lhe pertencem exclusivamente, e mesmo suas expectativas quanto ao leitor seriam também socialmente fundadas, de tal maneira que ler, assim como escrever, não seria uma operação absolutamente individual, ou seja, embora se pudesse imaginar a obra como fruto de uma intenção criadora que se concretiza em determinado momento, seria necessário lembrar que a criação se enraíza profundamente no contexto em que se insere.

Desta maneira, também a aparente solidão subjetiva do leitor singular seria ilusória. Mesmo sozinho em sua biblioteca, o leitor real não poderia desligar-se da tradição cultural em que se situa sua visão de mundo, com base na qual a leitura se efetuará. Ele não poderia renunciar a um repertório de normas e valores históricos determinados, porque esse repertório é parte integrante de seu mundo: constitui o próprio horizonte no qual se forma sua consciência.

Por isso, seria importante estudar as normas sob as quais se efetua a leitura, porque as expectativas e julgamentos do leitor não seriam apenas subjetivas, pessoais e intransferíveis.

O receptor individual estaria submetido às regras do código cultural em que está inserido; sua recepção pertenceria a um horizonte que a delimita. Mesmo quando a leitura parece fruto de um modo de ver particular, haveria nela sempre um aspecto público.

Esse aspecto público, creio, está presente mesmo quando o foco é uma biblioteca particular. Quando organizei o livro sobre a biblioteca de Machado de Assis,¹⁵ por exemplo, também pressupus que o levantamento das obras que ele leu e a comparação de seu universo de leitura com os padrões europeus e brasileiros da época não eram algo que nos informasse apenas sobre as idiosincrasias de Machado. Considerei que a sua seleção de autores e obras apresentava aspectos privados e públicos ao mesmo tempo, pois também se inscrevia numa tradição cultural na qual se enraizavam os critérios que fundamentaram a escolha feita.

Além disso, o projeto do livro sobre a biblioteca de Machado presumia que o público de hoje em grande parte desconheceria não somente parte relevante dos autores constantes na biblioteca do bruxo do Cosme Velho, mas também a própria razão de esses autores estarem lá, visto que os critérios de relevância adotados na época de Machado não estão mais vigentes agora.

Em outras palavras, o pressuposto era de que seria quase impossível compreender a dimensão do horizonte de leitura oitocentista, à luz da qual se deu a própria escolha dos volumes daquela biblioteca, sem a mediação do historiador literário. Isso porque o leitor

de agora não tem o mesmo horizonte de expectativa, derivada de uma pré-compreensão do gênero, forma e temas das obras oitocentistas que eram familiares a Machado e seu público, mas que não fazem mais parte de nosso repertório ao fim do século XX. Para reconstruir aquele horizonte – o que nos permitiria, entre outras coisas, saber que tipo de conhecimento prévio, de pré-compreensão de gêneros, formas e temas seria familiar a Machado e seu público –, seria necessária a intervenção de um pesquisador, cujo trabalho poderia também nos permitir ter uma imagem daquilo que, na obra de Machado, representa uma continuidade ou diferença em relação ao padrão vigente em seu contexto de produção.

Se o sentido da escolha dos autores e obras daquela biblioteca pode parecer-nos estranho ou imperceptível, isso, provavelmente, se deve ao fato de que, para nós, ao início do século XXI, diversos autores e obras que gozavam de grande prestígio e influência na época de Machado já não fazem mais parte do repertório de obras a que damos importância. Assim, se quisermos saber como a obra machadiana se posiciona em relação ao sistema de referências intelectuais de seu tempo, é fundamental conhecer melhor o horizonte no qual ele arquitetou sua escritura, até para perceber em que medida Machado atendia a uma tendência dominante no gosto de sua época e em que medida a ela se contrapunha.

Chamo a atenção também para o fato de que esse tipo de interesse histórico sobre bibliotecas, leituras e leitores tem rendido trabalhos como o de Sandra Vasconcelos, sobre leituras

inglesas no Brasil oitocentista,¹⁶ o de Nelson Schapochnik, sobre gabinetes, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial,¹⁷ ou o de Márcia Abreu, sobre os caminhos dos livros em Portugal e no Brasil no período colonial.¹⁸

Concluindo

Para concluir, diríamos que, como para falar de leituras e de leitores é sempre importante tematizar o contexto em que ambos existem, a história que está presente no próprio processamento e atribuição de sentidos, correlacionados ao texto. Mesmo a releitura dos textos do passado – de perspectivas diferentes daquelas de seu primeiro público ou de seu autor – coloca aqueles textos em novas redes, nas quais eles se relacionam não só com outros textos, mas também com outros critérios de relevância, princípios de julgamento, atribuições de qualidade, interpretações etc. E há sempre um lugar, que não é apenas um cenário ou um pano de fundo, mas um ponto de articulação de sentidos que configuram os limites das leituras e da produção textual que nele e dele emerge, já que de algum modo esse lugar afeta a subjetividade que produz textos e que os lê. E afeta também, como não poderia deixar de ser, a subjetividade dos que produzem a história desses textos e suas leituras.

Abstract

We will discuss the following issues in this text: the place we talk about

in/of the Brazilian literary history; the subject we talk about in his historical process; the different types of intellectual work under the signature of “history of literature” in Brazil; the reader and reading for the history of Brazilian literature.

Key-words: Place; subject; history of literature.

Referências

ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. São Paulo: Mercado de Letras/ALB/Fapesp, 2003.

CUNHA, Delfina Benigna da. *Poesias*. Organizada por Carlos Baumgarten, com introdução de Rita Terezinha Schmidt. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2001.

HENRIQUES, Ana Lúcia de Souza. *A inscrição do nacional em The heart of the midlothian, de Walter Scott, e Iracema, de José de Alencar*. Tese de (Doutorado) UFF, Niterói, 1998.

JOBIM, José Luís. *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Topbooks/Academia Brasileira de Letras, 2001.

_____. Atribuições de identidade: o terceiro mundo, visto do primeiro, segundo Fredric Jameson. In: _____. *Formas da teoria – sentidos, conceitos, política e campos de força nos estudos literários*. 2. ed. Rio de Janeiro: Caetés, 2003. p. 67-86.

_____. Nacionalismo e globalização. In: _____. *Formas da teoria – sentidos, conceitos, política e campos de força nos estudos literários*. 2. ed. Rio de Janeiro: Caetés, 2003. p. 19-66.

_____. Indianismo, nacionalismo e raça na cultura do Romantismo. In: _____. *Formas da teoria – sentidos, conceitos, política e campos de força nos estudos literários*. 2. ed. Rio de Janeiro: Caetés, 2003. p. 87-116.

_____. Subjetivismo. In: _____. *Introdução ao romantismo*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999. p. 133-142.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo, Ática, 1996.

_____. *O preço da leitura*. São Paulo: Ática, 2001.

MELMAN, Charles. *O homem sem gravidade; gozar a qualquer preço*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003.

MELO, Rita Barém de. *Sorrisos e prantos*. Poesia. Atualização do texto e introdução por Rita T. Schmidt. Florianópolis: Mulheres/Movimentos, 1998.

MORAES, Marcos Antonio. *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. São Paulo: Edusp, 2000.

MOREIRA, Maria Eunice, (Ed.). *Uma voz ao sul – os versos de Maria Clemência da Silva Sampaio*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

RENAN, Ernst. *Que'est-ce qu'une nation?* Paris: Pierre Bordas et fils, s.d. [1882]

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Os jardins das delícias*. Gabinetes, bibliotecas e figuras da leitura na Corte Imperial. Tese de (Doutorado de História Social) USP, São Paulo, 1999.

SERRA, Tania Rebelo Costa. *Antologia do romance-Folhetim*. Brasília: Editora da UnB, 1997

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Org., introd. e notas de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Zé Mário Ed./Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

STORM, Eric. Regionalism in History, 1890-1945: the Cultural Approach. *European History Quarterly*, London, Sage Publications, Vol. 33, number 2, 2003. P. 251-265.

TOURAINÉ, Alain. From understanding society to discovering the subject. *Antropo-*

logical Theory, London, Sage Publications, v. 2, n. 4, p. 387-398, 2002.

TYNIAHOV, J. Da evolução literária. In: EIKHENBAUM et al. *Teoria da literatura – formalistas russos*. Porto Alegre: Globo, 1970. p. 105-118.

VASCONCELOS, Sandra. Leituras inglesas no Brasil oitocentista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXV. Anais. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Salvador, 2002. 1 CD-ROM.

ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

Notas

¹ Cf. CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo/ Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1975.

² Cf. JOBIM, J. L. Atribuições de identidade: o terceiro mundo, visto do primeiro, segundo Fredric Jameson. In: ---. *Formas da Teoria – sentidos, conceitos, políticas e campos de força nos estudos literários*. 2. ed. Rio de Janeiro: Caetés, 2003. p. 67-86.

³ Cf. JOBIM, J. L. Nacionalismo e globalização. In: op. cit., p. 19-66; ----. Indianismo, nacionalismo e raça na cultura do Romantismo. In: ---. Ibidem, p. 87-116. ; HENRIQUES, Ana Lúcia de Souza. *A inscrição do nacional em The heart of the midlothian, de Walter Scott, e Iracema, de José de Alencar*. Tese de doutorado. Niterói, UFF, 1998.

⁴ Segundo Storm, o próprio caráter do regionalismo – movimento que promoveu o estudo e reforço da identidade regional – mudou profundamente na Europa, ao redor de 1890. Durante a maior parte do século XIX, o estudo de sua própria região era quase exclusivamente o trabalho de membros de sociedades acadêmicas (*learned societies*) ou associações. Os principais temas da pesquisa e debate eram o pano de fundo histórico, arqueológico e geográfico da região, e sua significância dentro do contexto nacional. Embora essas sociedades geralmente professassem uma vocação pedagógica, os escritos que elas produziam e as palestras que elas organizavam eram basicamente dirigidos a seus membros, que eram recrutados entre uma pequena elite de notáveis locais. De fato, Storm coloca em dúvida se o regionalismo seria o foco destas associações, porque a região era considerada a partir de uma perspectiva nacional. Em geral era a contribuição histórica de cada região para a grandeza da terra mãe que importava, não a identidade particular que distinguia a região

do todo. Isto só mudaria ao fim do século XIX, quando um grupo de membros jovens e bem educados da elite provincial quis atingir um público mais amplo, o que exigiu outras formas de expressão e sociabilidade. Em vez de promover estudos acadêmicos (*scholarly studies*), as novas associações tentaram mobilizar as classes média e baixa, encorajando-as a participar de atividades essencialmente recreativas. Organizaram excursões e festivais, criando museus locais, e celebrando uma identidade compartilhada, que não era constituída por um passado mítico, mas principalmente por uma cultura popular contemporânea (folclore, artesanato, arquitetura). Este despertar das províncias teria ocorrido mais ou menos ao mesmo tempo em toda a Europa, convertendo o regionalismo em movimento de massa. (Storm, 2003, p. 253-4)

- ⁵ Para uma exposição mais detalhada, cf. JOBIM, José Luís. Subjetivismo. In: ---. Introdução ao Romantismo. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1999. P. 133-142.
- ⁶ MELMAN, Charles. O homem sem gravidade; gozar a qualquer preço. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2003. p. 32 Cf. Também: “Passamos de uma cultura fundada no recalque dos desejos e, portanto, cultura da neurose, a uma outra que recomenda a livre expressão e promove a perversão.” (op. cit., p. 15)
- ⁷ A primeira edição foi de 1823 e a edição organizada por Maria Eunice Moreira foi de 2003: *Uma voz ao sul – os versos de Maria Clemência da Silva Sampaio*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.
- ⁸ A primeira edição foi de 1868, e a edição organizada por Rita Terezinha Schmidt é de 1998. (Florianópolis: Editora Mulheres/ Porto Alegre: Editora Movimento, 1998.)

- ⁹ A dedicação original das *Poesias* foi em 1834. A reedição, organizada por Carlos Baumgarten, com Introdução de Rita Terezinha Schmidt é de 2001. (Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 2001).
- ¹⁰ SERRA, Tania Rebelo Costa. Antologia do romance-Folhetim. Brasília: Editora da UnB, 1997
- ¹¹ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. História da literatura brasileira e outros ensaios. Org., introd. e notas de Roberto Acízelo de Souza. Rio de Janeiro: Zé Mário Ed./Fundação Biblioteca Nacional, 2002.
- ¹² ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.
- ¹³ LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo, Ática, 1996.
- ¹⁴ LAJOLO, ZILBERMAN. *O preço da leitura*. 2001.
- ¹⁵ JOBIM, José Luís, (Org.). *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Topbooks/Academia Brasileira de Letras, 2001.
- ¹⁶ VASCONCELOS, Sandra. Leituras inglesas no Brasil oitocentista. In: *CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXV, Anais*. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Salvador, 2002. 1 CD-ROM.
- ¹⁷ SCHAPOCHNIK, Nelson. *Os jardins das delícias*. Gabinetes, bibliotecas e figuras da leitura na Corte Imperial. São Paulo: Edusp (em preparação). Ou São Paulo: FFLCH-USP, 1999. Tese na área de História Social.
- ¹⁸ ABREU, Márcia. *Os Caminhos dos livros*. São Paulo: Mercado de Letras/ALB/Fapesp, 2003.